



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo n. 00150364320198180001

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DILBERTO PRADO DE LIMA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, apresentar seu **RECURSO INOMINADO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TERESINA, 12 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

PROCESSO ORIGINÁRIO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE TERESINA / PI

Processo n.º 00150364320198180001

RECORRIDA: DILBERTO PRADO DE LIMA

RECORRENTES: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

DAS RAZÕES DO RECURSO

COLENTA TURMA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Assim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido ajuizou a presente lide pleiteando a verba máxima indenizatória do Seguro DPVAT, tendo em vista o pagamento administrativo realizado pela Seguradora, no valor de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, o qual entendeu ser aquém do devido.

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso inominado, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “*a quo*” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008

Conforme se verifica dos documentos acostados pela parte apelante, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **18/02/2018**. Em razão do aludido sinistro, após a devida regulação administrativa, foi pago à parte recorrida, o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Foi anexado aos autos laudo do IML, onde houve gradação de 50% do membro inferior direito, por ter ocorrido especificamente lesão no fêmur direito. Vejamos o laudo abaixo:

...circunstâncias o que encontraram e, bem assim, esclarecerem tudo quanto possa interessar. HISTÓRICO: Perícia informando que no dia 18/02/2018, por volta das 11:30H, em Teresina-PI, sofreu acidente de trânsito (queda de uma moto), tendo sofrido traumatismo. Foi encaminhado ao Hospital de Urgência de Teresina (HUT). Forneceu fotocópias de prontuário médico de nº 468.454 no qual constam: "...fratura de fêmur direito...fixação...". Apresentou atestado médico assinado no dia 25/07/2018 pelo dr. Glauson CRM 2775 informando que o periciando apresenta limitação funcional do membro inferior direito de 70%. DESCRIÇÃO: cicatrizes no membro inferior direito, com debilidade funcional do respectivo membro inferior estimada em 50%. RESPOSTA AOS QUESTÕES FORMULADAS: 1) Houve ofensa à integridade física ou a Contundente, 2) Qual o instrumento ou meio que a produziu? Resp.: Sim. 3) Tais lesões poderão ter sido provocadas por acidente de trânsito? Resp.: Sim. 4) Resultará incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido ou função? Resp.: Sim paraincapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias e debilidade permanente de membro, sentido ou função. 5) Resultará incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função ou deformidade permanente? Resp.: Não. Outros dados julgados úteis? Resp.: Não. Nada mais havendo, deu-se por findo o presente laudo, que lido e achado conforme, vai devotadamente assinado. //

O douto magistrado não se atentou ao fato do enquadramento do valor real estimado a debilidade funcional da lesão acometida pelo perito, atentando-se somente a informação prestada pelo perito médico legal onde informa que há nos autos atestado médico informando danos corporais no membro inferior direito, ou seja, os percentuais de perda a que se refere seria conforme tabela a perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores que se enquadra em 70% do valor total do prêmio, que se deu segundo o perito médico em repercussão média (50%), que na tabela aplica-se ao respectivo percentual o valor de R\$ 4.725,00.

ANEXO 1

TABELA – LIMITES MÁXIMOS PARA ACORDOS EM PEDIDOS POR INVALIDEZ PERMANENTE

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que causem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da tonificação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos quadris, joelhos ou tornozelos					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					

100%

70%

50%

25%

10%

Por certo, o limite indenizatório estipulado na condenação, deveria ser o estipulado na referida prova, debitando-se o valor pago na via administrativa. Todavia, a condenação imposta na r. sentença sobejou o montante devido ao apelado em razão de sua permanente invalidez, pelo que merece pronta reforma.

Frisa-se que com a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, foram estabelecidos percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, estes últimos em completos e incompletos¹.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ².

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas, observadas quando da elaboração da prova pericial:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Para uma melhor visualização, segue tabela demonstrando o valor devido ao recorrido, com base na lesão suportada:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70	R\$ 9.450,00

Repercussão	Valor da Indenização
50% (grau moderado)	R\$ 4.725,00

Sendo assim, na hipótese de manutenção da r. Sentença, o valor indenizatório deverá respeitar o cálculo apresentado acima, apurado com base no exame pericial que consta dos autos, evidentemente descontando-se

¹PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO MODIFICATIVO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNSP Nº 273 DE 19/12/2012. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITO MODIFICATIVO. PRECEDENTES STJ. DECISÃO UNÂNIME. 1. Ao julgar o Recurso Especial Repetitivo nº 1.303.038-RS, que discutia a aplicação da gradação da invalidez permanente parcial incompleta aos acidentes anteriores à MP 451/08, o STJ, por meio do Acórdão transitado em julgado, em 30/04/2014, decidiu pela validade da utilização de Tabela do CNSP para estabelecer a proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08.2. Tendo em vista que do acidente automobilístico, o qual vitimou o apelante, ora embargado, decorreu debilidade permanente, conforme Laudo Traumatológico presente nos autos, aplica-se ao caso a Resolução CNSP Nº 273 DE 19/12/2012, devendo-se quantificar a indenização DPVAT, prevista no art. 3º, II, da Lei Nº 6.194/74, ALTERADA PELA LEI Nº 11.482/2007, conforme o grau e local da invalidez permanente sofrida pela vítima, nos termos da perícia médica a ser realizada para tal fim.3. "A possibilidade de atribuição de efeitos modificativos a embargos declaratórios resulta da presença de omissão verificada no acórdão embargado" (STJ, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 14/09/2010, T5 - QUINTA TURMA).4. Embargos acolhidos, com efeito modificativo. Decisão unânime. Embargos de Declaração 240917-6 - 0044662-52.2010.8.17.0001 - Relator(a) Roberto da Silva Maia - 1ª Câmara Cível - Data do Julgamento - 03/02/2015

²**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

o valor pago na esfera administrativa, na razão de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), de modo que o valor da condenação não poderá ultrapassar a monta de **R\$ 2.362,50 (DOIS MIL E TREZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Requer o provimento do presente recurso, para que o **limite máximo da condenação** não ultrapasse o valor contido na **Tabela de Graduação** da Lei 11.945/2009, a observar o grau de invalidez efetivamente experimentado pelo Apelado, devendo, ainda, ser abatida a verba paga na esfera administrativa, no montante de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), o que perfaz um máximo indenizável de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TERESINA, 12 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PI 10201, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado EDNAN SOARES COUTINHO, inscrito na 1841 - OAB/PI, os poderes que lhes foram conferidos por **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **DILBERTO PRADO DE LIMA**, em curso perante a **ÚNICO JEC** da comarca de **TERESINA**, nos autos do Processo nº 00150364320198180001.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



Montagem do Boleto de Serviços/Taxas Judiciais

Informações Gerais (RECURSO INOMINADO - JECC)

Comarca: TERESINA
Serventia: JUIZADO ESPECIAL DE TERESINA - ZONA NORTE 1 - ANEXO I (FATEPI)
Requerente: DILBERTO P DE LIMA X LIDER - PROC 00150364320198180001
CNPJ: 09.248.608/0001-04
Emissão: 12/12/2019
Vencimento: 13/01/2020

Valor da Ação: R\$ 39.920,00
Tramita em: Juizado Especial
Litisconsórcio acima de 10: Não

Observações

Boleto emitido por **Usuário da Justiça** ⓘ

Demonstrativo de Valores dos Serviços

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	uni. (R\$)	Selos	Valor (R\$)
03.16	Causas do Juizado Especial Cível	1	1.025,28	0	1.025,28
25.16	Recurso Inominado - Turma Recursal	1	1.537,97	0	1.537,97
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	399,20	0	399,20
TOTAL					2.962,45

(Digite o número correto do processo para vinculação)

Número do processo: 00150364320198180001

☐ Declaro a inexistência de processo de origem

Cancelar

Gerar Boleto

Tabelas de Serviços por Categorias

Serviços Judiciais (referentes ao processo)

Selecione um serviço...



Serviços, Taxas e Complementações Diversas

Selecione um serviço...



Buscar Serviço

Código

Nome/Descrição



Digite parte do texto que descreve o serviço desejado...

Selecione um serviço...



Poder Judiciário do Estado do Piauí
Tribunal de Justiça do Piauí
Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário Piauiense

COMARCA DE TERESINA / JUIZADO ESPECIAL DE TERESINA - ZONA NORTE 1 - ANEXO I (FATEPI)
Guia de Recolhimento da Justiça (por usuário da justiça)

Número do Processo: **00150364320198180001**

Juizado
Especial
RECURSO
INOMINADO
- JECC

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	Selos	Valor (R\$)
03.16	Causas do Juizado Especial Cível	1	0	1.025,28
25.16	Recurso Inominado - Turma Recursal	1	0	1.537,97
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	0	399,20
TOTAL				2.962,45

Cedente	Agência / Cód. do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ	3791 / 9665-2	R\$	1	30881250001322839-0

Número do documento	Contrato	CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento
482 BA9 1321184		10.540.909/0001-96	13/01/2020	2.962,45

(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado
				2.962,45

Sacado
DILBERTO P DE LIMA X LIDER - PROC 00150364320198180001 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04

Corte na linha pontilhada

Autenticação mecânica



| 001-0 |

00190.00009 03088.125004 01322.839174 1 81330000296245

Local de pagamento	Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento.	13/01/2020

Cedente	Agência/Código cedente
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ (CNPJ:10.540.909/0001-96)	3791 / 9665-2

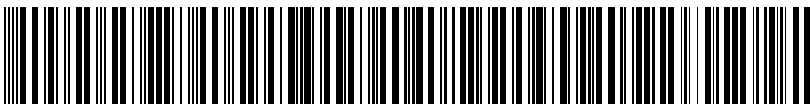
Data do documento	No. documento	Espécie doc.	Aceite	Data process.	Nosso número
12/12/2019	482 BA9 1321184	DM	N	12/12/2019	30881250001322839-0

Uso do banco	Carteira	Espécie	Quantidade	x Valor	(=) Valor documento
	17	R\$	1	2.962,45	2.962,45

Texto de Responsabilidade do Cedente (APÓS O VENCIMENTO COBRAR 2% DE MULTA + 1% DE JUROS A.M.)	(-) Desconto / Abatimento
TERESINA / JUIZADO ESPECIAL DE TERESINA - ZONA NORTE 1 - ANEXO I (FATEPI)	(-) Outras deduções
Emitida por Usuário da Justiça	(+) Mora / Multa
Número do Processo: 00150364320198180001	(+) Outros Acréscimos
Valor da Ação: R\$ 39.920,00	(=) Valor cobrado
, Juizado Especial . 03.16 (R\$ 1.025,28) , 25.16 (R\$ 1.537,97) , 123 (R\$ 399,20)	2.962,45

Sacado
DILBERTO P DE LIMA X LIDER - PROC 00150364320198180001 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04

Autenticação mecânica/Ficha de Compensação



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	17/12/2019	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TIPO DE JUSTIÇA	
17/12/2019	00150364320198180001	ESTADUAL	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PI	Juizado Especial Cível	RÉU	2962,45
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
DILBERTO PRADO DE LIMA	FÍSICA	85750492320	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
87078D611B347516			
CÓDIGO DE BARRAS			
00190.00009 03088.125004 01322.839174 1 813300000296245			

Sua sessão expira em: 29 Minutos 14 Segundos

Pagina Inicial Ações de 1º Grau Ações do 2º Grau Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas para Peticionar Estatísticas Outros [Sair do Sistema](#)

DADOS DO PROCESSO

 **Sucesso:**

- Documento(s) foram inseridos com sucesso! CÓDIGO DO PROTOCOLO:18139373 - 19 de Dezembro de 2019 às 17:50:47

Processo nº 0015036-43.2019.818.0001 (279 dias em tramitação)

Proc. Principal	O Próprio	Proc. Dependentes	Recursos Originários/Ações Autônomas
Juízo:	J.E. Cível Teresina Zona Norte 1 - Marquês - Anexo I FATEPI(Teresina)	Juiz: CELSO BARROS COELHO FILHO	
Assunto:	Acidente de Trânsito « Indenização por Dano Material « Responsabilidade Civil « DIREITO CIVIL		
Complementares:			
Classe:	Procedimento do Juizado Especial Cível « Procedimento de Conhecimento « Processo de Conhecimento « PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO		
Segredo de Justiça	NÃO		
Fase Processual:	CONHECIMENTO		
Situação:		Objeto	OBJETO NÃO CADASTRADO
Valor da Causa:	R\$ 39.920,00	Data de Distribuição	15 de Março de 2019 às 17:09:06
Cartório Extrajudicial:		Ultimo Evento	Juntada de Petição de Recurso Inominado
Petições P/ Analisar:		Prioridade	
		Prazos Para certificar em Vara	0 intimações 0 cumprimentos do cartório
	INEXISTENTE		

Destacar movimentações realizadas por:

☐ Magistrados ☐ Secretaria ☐ Advogados ☐ Ministério Público ☐ Cartórios Extrajudiciais ☐ Turma Recursal ☐ Outros

Navegar pelo Processo

<input type="checkbox"/> Nº	Eventos do Processo	Data	Perfil	Movimentado por	Arquivos/Observação
<input type="checkbox"/> 25	Juntada de Petição de Recurso Inominado	19/12/2019 17:50	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
Arquivos:	RECURSO INOMINADO RECURSO INOMINADO	Ass.: HERISON HELDER PORTELA PINTO Ass.: HERISON HELDER PORTELA PINTO	Data inclusão: 19/12/2019 17:50 Data inclusão: 19/12/2019 17:50	2585868 RECURSO_INOMINADO_01.pdf Anexo_01.pdf	
<input type="checkbox"/> 24	Intimação lido(a) (Por DILBERTO PRADO DE LIMA teve sua leitura registrada automaticamente pelo sistema, por ter se passado o período máximo de tempo, de 10 dias, para leitura voluntária do destinatário, sem que este o tenha feito.) em 16/12/19 *Referente ao evento Julgada procedente em parte a ação(05/12/19)	17/12/2019 00:15	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	
<input type="checkbox"/> 23	Intimação lido(a) (Por HERISON HELDER PORTELA PINTO em 11/12/19 *Referente ao evento Julgada procedente em parte a ação(05/12/19)	11/12/2019 08:27	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
<input type="checkbox"/> 22	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.)	05/12/2019 11:07	Juiz de Direito	CELSO BARROS COELHO FILHO	
<input type="checkbox"/> 21	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de DILBERTO PRADO DE LIMA)	05/12/2019 11:07	Juiz de Direito	CELSO BARROS COELHO FILHO	
<input type="checkbox"/> 20	Julgada procedente em parte a ação	05/12/2019 11:07	Juiz de Direito	CELSO BARROS COELHO FILHO	
<input type="checkbox"/> 19	Conclusos para Sentença	27/05/2019 09:40	Juiz Leigo	FRANCISCA DA CONCEICAO	
<input type="checkbox"/> 18	Audiência Instrução e Julgamento Realizada Sem conciliação	27/05/2019 09:40	Juiz Leigo	FRANCISCA DA CONCEICAO	
<input type="checkbox"/> 17	Juntada de Termo de Audiência	27/05/2019 09:40	Juiz Leigo	FRANCISCA DA CONCEICAO	
<input type="checkbox"/> 16	Intimação realizada em Cartório/Audiência (P/ Advgs. de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.)	15/05/2019 09:32	Conciliador	ELKA FABIANA AZEDO DE SIQUEIRA SILVA	
<input type="checkbox"/> 15	Intimação realizada em Cartório/Audiência (P/ Advgs. de DILBERTO PRADO DE LIMA)	15/05/2019 09:32	Conciliador	ELKA FABIANA AZEDO DE SIQUEIRA SILVA	
<input type="checkbox"/> 14	Audiência Instrução Designada (Agendada para 23 de Maio de 2019 às 08:00)	15/05/2019 09:32	Conciliador	ELKA FABIANA AZEDO DE SIQUEIRA SILVA	
<input type="checkbox"/> 13	Audiência Conciliação Realizada Sem conciliação	15/05/2019 09:32	Conciliador	ELKA FABIANA AZEDO DE SIQUEIRA SILVA	